

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Por que a luz do celular não está prejudicando seu sono

A preocupação com a luz azul surgiu a partir de um estudo de 2014, no qual participantes que utilizaram um tablet antes de dormir demoraram mais para adormecer, apresentaram maior sonolência no dia seguinte e produziram menos melatonina do que aqueles que leram livros físicos. A explicação apontada foi a emissão elevada de luz azul pelas telas de LED, capaz de interferir no ritmo circadiano, responsável por regular o sono.

Embora pesquisas posteriores reforçaram essa relação, especialistas alertam que a questão é mais complexa. As telas realmente emitem mais luz azul, devido à tecnologia que combina esse espectro com outros para produzir luz branca. No entanto, a intensidade dessa luz costuma ser baixa.

A luz azul pode influenciar o sono por atuar sobre uma proteína ocular sensível a esse espectro, mas também responde a outras cores. Além disso, muitos estudos são realizados em condições artificiais, com exposição intensa e pouco representativas da vida cotidiana.

Pesquisas mais recentes indicam que o impacto das telas no atraso do sono é pequeno, limitado a poucos minutos. A quantidade de luz azul emitida por dispositivos eletrônicos é mínima quando comparada à luz solar, sendo insuficiente para alterar significativamente os hormônios do sono.

Diante disso, o cansaço constante não se explica apenas pela luz azul, mas por fatores mais amplos do estilo de vida. Em um experimento, foram adotadas medidas rigorosas para reduzir a exposição à luz noturna, como o uso de óculos com lentes especiais e a diminuição da iluminação ambiente, substituída por fontes mais fracas.

Esses óculos bloqueiam o espectro azul, mas estudos indicam que filtros comuns têm efeito limitado. A redução da luz artificial, aliada ao bloqueio da iluminação externa, buscou criar um ambiente mais adequado ao descanso, sem alterar o uso de dispositivos eletrônicos.

Especialistas destacam que o fator mais importante é a quantidade total de luz recebida ao longo do dia. Para um bom sono, é essencial alta exposição à luz pela manhã e redução à noite. Durante o experimento, utilizou-se uma lâmpada intensa ao despertar, semelhante à luz natural, para estimular o organismo.

A exposição à luz natural, mesmo em dias nublados, é muito superior à iluminação doméstica, sendo recomendada como principal estratégia. Também se sugere criar contraste entre dia e noite, com ambientes mais iluminados durante o dia e mais escuros à noite.

O uso de telas, por si só, não é o principal problema. O conteúdo consumido nesses dispositivos pode ser mais

relevante, pois mantém o cérebro ativo e dificulta o relaxamento.

Ao final, não houve mudanças significativas na duração do sono, mas observou-se maior regularidade nos horários e maior facilidade para adormecer. Isso está relacionado à criação de uma rotina noturna estruturada, que funciona como sinal psicológico para o descanso.

Filtros de luz azul e outros recursos têm efeito limitado, mas ajudam como estímulos condicionantes. Assim, conclui-se que o impacto isolado da luz azul é reduzido, sendo mais determinantes os hábitos diários, a exposição à luz natural e a rotina antes de dormir.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnv8evr62q9o>. adaptado.

Questão 01

A redução da luz artificial, aliada ao bloqueio da iluminação externa, buscou criar um ambiente mais adequado ao descanso, sem alterar o uso de dispositivos eletrônicos.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) A redução da luz artificial buscou criar um ambiente mais adequado ao descanso, sem alterar, aliada ao bloqueio da iluminação externa o uso de dispositivos eletrônicos.
- (B) A redução da luz artificial buscou, aliada ao bloqueio da iluminação externa, criar um ambiente mais adequado ao descanso, sem alterar o uso de dispositivos eletrônicos.
- (C) A redução da luz artificial buscou aliada ao bloqueio da iluminação externa, criar um ambiente mais adequado ao descanso sem alterar o uso de dispositivos eletrônicos.
- (D) A redução da luz artificial, buscou criar um ambiente mais adequado ao descanso, aliada ao bloqueio da iluminação externa sem alterar o uso de dispositivos eletrônicos.

Questão 02

Em um experimento, foram adotadas medidas rigorosas para "reduzir" a exposição à luz noturna.

Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal da forma destacada.

- (A) O verbo "reduzir" classifica-se como transitivo indireto, exigindo preposição para introduzir o termo que completa seu sentido no contexto.
- (B) O verbo "reduzir" classifica-se como transitivo direto, tendo como complemento o termo "a exposição à luz noturna", iniciado por artigo.
- (C) O verbo "reduzir" classifica-se como intransitivo, apresenta sentido completo no contexto sem necessidade de complemento.
- (D) O verbo "reduzir" classifica-se como bitransitivo, por admitir objeto direto e objeto indireto no período apresentado.

Questão 03

Assim, conclui-se que o impacto isolado da luz azul é reduzido, sendo mais determinantes os hábitos diários, a exposição à luz natural e a rotina antes de dormir.

Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal no trecho apresentado.

- (A) A forma "isolado" concorda com "luz azul", pois caracteriza diretamente o substantivo mais próximo no interior do sintagma nominal.
- (B) A forma "natural" concorda com "exposição", ajustando-se ao núcleo do sintagma "exposição à luz natural" no interior do período à que se refere no contexto.
- (C) A forma "reduzido" concorda com "luz azul", por estabelecer relação de proximidade com o termo mais próximo no interior da oração conforme a gramática normativa estabelece.
- (D) A forma "determinantes" está no plural por concordar com os núcleos coordenados "hábitos", "exposição", "rotina", aos quais se refere no período.

Questão 04

Diante disso, o cansaço constante não se explica apenas pela luz azul, mas por fatores mais amplos do estilo "de vida".

Assinale a alternativa correta quanto à classificação gramatical do termo destacado.

- (A) O termo "de vida" classifica-se como complemento nominal, pois completa o sentido do substantivo "estilo" mediante relação preposicionada explícita no termo destacado.
- (B) O termo "de vida" classifica-se como adjunto adverbial, pois expressa circunstância associada ao verbo "explica" no período de tempo vivido.
- (C) O termo "de vida" classifica-se como locução adjetiva, pois caracteriza o substantivo "estilo", podendo ser substituído por forma equivalente como "vital".
- (D) O termo "de vida" classifica-se como aposto explicativo, pois retoma o substantivo "estilo" com valor de esclarecimento semântico sobre que tipo de vida favorece o uso da luz azul.

Questão 05

"Durante o experimento, utilizou-se uma lâmpada intensa" ao despertar, semelhante à luz natural, para estimular o organismo.

Assinale a alternativa correta quanto à análise sintática de um termo do trecho destacado.

- (A) O termo "intensa" exerce função de predicativo do sujeito, atribuindo característica ao termo que concorda com o verbo no período.

(B) O termo "se" exerce função de índice de indeterminação do sujeito, indicando ausência de referente expresso na oração destacada para análise.

(C) O verbo "utilizou-se" classifica-se como transitivo indireto, exigindo complemento introduzido por preposição no contexto apresentado.

(D) O termo "uma lâmpada intensa" exerce função de sujeito paciente da oração, concordando com o verbo na construção em voz passiva sintética.

Questão 06

"Ao final, não houve mudanças significativas na duração do sono", mas observou-se maior regularidade nos horários e maior facilidade para adormecer.

Assinale a alternativa correta quanto à análise sintática do trecho destacado.

(A) O verbo "houve" admite sujeito indeterminado, razão pela qual se mantém na terceira pessoa do singular no período sem variação de número.

(B) O termo "na duração do sono" exerce função de objeto indireto, por completar o sentido do verbo "houve" mediante preposição.

(C) O termo "mudanças significativas" exerce função de sujeito da oração, estabelecendo concordância com o verbo "houve" que, neste caso, não sofre alteração.

(D) O verbo "houve" é impessoal, o termo "mudanças significativas" exerce função de objeto direto e o predicado classifica-se como verbal.

Questão 07

O uso de telas, "por si só", não é o principal problema.

Assinale a alternativa correta quanto à análise sintática da expressão destacada.

(A) A expressão "por si só" exerce função de adjunto adverbial, indicando valor de restrição e modificando o predicado da oração.

(B) A expressão "por si só" exerce função de objeto indireto, por estar introduzida por preposição e integrar a estrutura verbal do período.

(C) A expressão "por si só" exerce função de predicativo do sujeito, atribuindo característica ao termo "uso de telas" no interior do período.

(D) A expressão "por si só" exerce função de complemento nominal, concluindo o sentido do substantivo "uso".

Questão 08

Para um bom sono, é essencial alta exposição à luz pela manhã e redução à noite.

Analise as afirmativas a seguir acerca do uso da crase no trecho apresentado.

I.O acento grave em "à luz" é facultativo, podendo ocorrer ou não sem prejuízo da correção, já que o

substantivo "luz" admite uso com ou sem artigo.

II.O acento grave em "à noite" ocorre por se tratar de locução adverbial feminina de tempo, em que a crase é exigida pela norma padrão.

III.Em "à luz", o uso da crase decorre da combinação entre a preposição "a", exigida pelo substantivo "exposição", e o artigo feminino que acompanha o substantivo "luz".

IV.Em "à noite", o uso da crase é facultativo, podendo ocorrer ou não sem prejuízo da correção gramatical.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

Questão 09

O texto examina criticamente a relação entre a luz azul emitida por dispositivos eletrônicos e a qualidade do sono, articulando evidências científicas, limitações metodológicas e fatores comportamentais envolvidos no processo.

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto apresentado sobre o impacto da luz azul no sono.

- (A) O texto sustenta que a influência da luz azul no sono existe, mas apresenta efeito limitado, sendo superada por fatores comportamentais e pela exposição à luz ao longo do dia.
- (B) O texto defende que a eliminação completa da luz azul durante a noite é suficiente para restabelecer padrões regulares de sono em diferentes contextos.
- (C) O texto atribui o atraso do sono à emissão de luz azul pelos dispositivos, tratando esse fator como elemento central na explicação do fenômeno.
- (D) O texto indica que a intensidade da luz emitida por dispositivos eletrônicos é comparável à da luz solar, o que explica seus efeitos diretos sobre os hormônios do sono no organismo humano.

Questão 10

As telas realmente emitem mais "luz azul", devido à tecnologia que combina "esse espectro" com outros para produzir "luz branca".

Analise se as formas de reescrita a seguir quanto à colocação pronominal são falsas (F) ou verdadeiras (V):

(__)As telas realmente a emitem mais, devido à tecnologia que o combina com outros para produzi-la.

(__)As telas realmente emitem-na mais, devido à tecnologia que combina-o com outros para produzir-lhe.

(__)As telas realmente a emitem mais, devido à tecnologia que o combina com outros para produzir-lhe.

(__)As telas realmente emitem-na mais, devido à tecnologia que o combina com outros para produzir-lhe.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, F, F, V.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

Durante a modelagem de um sistema lógico, considera-se a proposição "Se um banco de dados está íntegro, então não houve falha de gravação". Para fins de simplificação, deseja-se reescrever essa proposição por uma forma logicamente equivalente, preservando o valor lógico em qualquer cenário possível. Considerando as equivalências clássicas da lógica proposicional, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma forma equivalente da proposição dada.

- (A) "Se houve falha de gravação, então o banco de dados não está íntegro".
- (B) "O banco de dados está íntegro e não houve falha de gravação".
- (C) "Se não houve falha de gravação, então o banco de dados está íntegro".
- (D) "Se o banco de dados não está íntegro, então houve falha de gravação".

Questão 12

Um algoritmo de verificação utiliza a negação de proposições compostas envolvendo duas condições lógicas simultâneas. A expressão analisada é $\neg(p \wedge q)$, sendo necessário reescrevê-la de forma equivalente para simplificação computacional. Com base nas Leis de Morgan, avalie as assertivas a seguir:

I.A expressão equivalente correta é $\neg p \vee \neg q$.

II.A expressão equivalente pode ser reescrita como $\neg p \wedge \neg q$.

III.A negação de uma conjunção altera o conectivo lógico para disjunção

IV.A equivalência resulta em duas proposições negadas ligadas por "ou".

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

Questão 13

Uma empresa executa um projeto em 8 dias, com jornadas de 6 horas diárias e uma equipe de 5 profissionais. Um novo planejamento exige que o mesmo trabalho seja concluído em 10 dias com 4 profissionais.

Determine a nova carga horária diária necessária, analisando as relações de proporcionalidade envolvidas.

Analise as assertivas e classifique como verdadeira (V) ou falsa (F):

() A relação entre número de dias e horas trabalhadas por dia é inversamente proporcional.

() A relação entre número de profissionais e horas diárias é diretamente proporcional.

() A nova carga horária diária será de 6 horas.

() A nova carga horária diária será de 9,6 horas.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) F, V, V, F.

(B) V, F, V, F.

(C) V, V, F, V.

(D) V, F, F, V.

Questão 14

Considere o experimento aleatório de selecionar um número inteiro de 1 a 30 com igual probabilidade. Define-se o evento A como "o número é múltiplo de 3" e o evento B como "o número é múltiplo de 5". Determine a probabilidade do evento $A \cap B$ ocorrer, considerando corretamente a interseção entre os conjuntos.

(A) A probabilidade é de 20%.

(B) A probabilidade é de 6,67%.

(C) A probabilidade é de 10%.

(D) A probabilidade é de 3,33%.

Questão 15

Um sistema automatizado avalia três condições lógicas p, q e r para ativar um protocolo de segurança, segundo a expressão $(p \wedge \neg q) \vee (\neg p \wedge r)$. Sabendo que p = verdadeiro, q = verdadeiro e r = falso, determine o valor lógico final da expressão. Considere a precedência padrão dos operadores lógicos.

(A) O valor lógico final é indeterminado.

(B) O valor lógico final é verdadeiro.

(C) O valor lógico final é falso.

(D) O valor lógico final é equivalente a p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 16

Um trabalhador contratado pelo Município de Antônio Carlos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho ajuizou reclamação trabalhista pleiteando verbas trabalhistas, atribuindo à causa o valor de R\$ 25.000,00. O Município alegou incompetência da Justiça do Trabalho e também impugnou o rito adotado pelo juízo, sustentando a inaplicabilidade do procedimento sumaríssimo. Considerando exclusivamente a Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente

quanto à competência e ao procedimento, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda, mas o rito sumaríssimo não se aplica quando a Fazenda Pública figurar como parte.

(B) A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar a demanda, pois a relação mantida com o Município possui natureza jurídico-administrativa.

(C) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda, e o rito sumaríssimo é aplicável ao caso.

(D) A Justiça do Trabalho é competente para julgar a demanda, e o rito sumaríssimo é aplicável, ressalvadas hipóteses legais específicas.

Questão 17

No exercício da fiscalização tributária, o Município de Antônio Carlos lavrou auto de infração para cobrança de IPTU em face de promitente comprador de imóvel urbano que exercia a posse direta do bem há vários anos. O proprietário formal alegou não poder ser responsabilizado pelo tributo por não exercer poderes sobre o imóvel, enquanto o possuidor sustentou não poder figurar como contribuinte por não deter a propriedade. Diante dessas alegações, a autoridade fiscal manteve a exigência tributária. Considerando exclusivamente o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O promitente comprador com posse direta do imóvel pode ser considerado contribuinte do IPTU, pois a legislação inclui o possuidor a qualquer título no rol de sujeitos passivos do tributo.

(B) A exigência do IPTU em face de proprietário e possuidor não pode ocorrer simultaneamente, pois a legislação exige previsão expressa para a definição da responsabilidade tributária.

(C) O proprietário formal que transfere a posse do imóvel não pode ser considerado contribuinte do IPTU, pois a legislação afasta a incidência sobre quem não exerce poderes sobre o bem.

(D) O promitente comprador com posse direta do imóvel não pode ser considerado contribuinte do IPTU, pois a legislação limita essa condição ao proprietário e ao titular do domínio útil do bem.

Questão 18

O Município de Antônio Carlos publicou, em 28 de dezembro de 2024, lei ordinária majorando a alíquota do ISS de 2% para 5% sobre serviços de manutenção e reparação de veículos, com vigência prevista para 1º de janeiro de 2025. O Procurador Municipal foi consultado acerca da validade da cobrança pela alíquota majorada a partir dessa data. Considerando exclusivamente a Constituição Federal de 1988, analise a asserção e a razão a seguir:

ASSERÇÃO: A alíquota majorada do ISS não pode ser exigida a partir de 1º de janeiro de 2025.

RAZÃO: O art. 150, III, "c", da Constituição Federal veda a cobrança de tributo antes de decorridos noventa dias da publicação da lei que o instituiu ou majorou, não se aplicando exceção ao ISS.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A asserção é verdadeira e a razão é verdadeira, mas a razão não explica a asserção, pois o impedimento decorre apenas da anterioridade anual prevista na Constituição.
- (B) A asserção é falsa e a razão é verdadeira, pois a anterioridade nonagesimal não impede a cobrança quando já observado o exercício financeiro seguinte.
- (C) A asserção é falsa e a razão é falsa, pois o ISS admite cobrança imediata após a publicação da lei, sem necessidade de observância de prazo mínimo constitucional.
- (D) A asserção é verdadeira e a razão é verdadeira, e a razão explica a asserção, pois não transcorreu o prazo nonagesimal entre a publicação e a data prevista.

Questão 19

O Município de Antônio Carlos foi notificado pelo Ministério Público Estadual em razão de duas situações identificadas em fiscalização: (i) ausência de prioridade no atendimento à pessoa idosa nas repartições públicas municipais; e (ii) inexistência de acessibilidade arquitetônica nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, impedindo o acesso de pessoas com deficiência. O Prefeito alegou que as adaptações estruturais dependeriam de dotação orçamentária específica e que a prioridade no atendimento seria garantida apenas quando houvesse servidores disponíveis. Com base exclusivamente nas Leis 10.741/2003 e 13.146/2015, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A alegação referente à acessibilidade é procedente, pois as adaptações em instalações públicas podem ocorrer de forma progressiva, conforme a disponibilidade orçamentária, sendo vedada apenas a construção de novos espaços inacessíveis.
- (B) Ambas as alegações são improcedentes, pois o Estatuto do Idoso garante atendimento preferencial imediato, e a legislação sobre deficiência impõe ao Poder Público o dever de assegurar acessibilidade nas instalações públicas.
- (C) A alegação do Prefeito é parcialmente procedente, pois a prioridade no atendimento ao idoso pode considerar a disponibilidade de servidores, e a adaptação de instalações públicas pode ser condicionada à previsão orçamentária.
- (D) Ambas as alegações são procedentes, pois a prioridade no atendimento e a acessibilidade em instalações públicas dependem de disponibilidade orçamentária, sendo obrigações condicionadas ao planejamento do ente público.

Questão 20

Um trabalhador urbano empregado foi dispensado sem justa causa pelo Município de Antônio Carlos em janeiro de 2023, após dois anos de vínculo empregatício, totalizando 24 contribuições mensais e não atingindo o número de 120 contribuições exigido em lei. Após a dispensa, não exerceu atividade remunerada, não realizou recolhimentos facultativos e não comprovou formalmente a condição de desemprego perante órgão competente. Em outubro de 2024, sofreu acidente que o incapacitou temporariamente e requereu benefício previdenciário, que foi indeferido sob alegação de perda da qualidade de segurado. Considerando exclusivamente a Lei nº 8.213/1991, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O indeferimento é indevido, pois o período de graça para o segurado empregado dispensado sem justa causa é de vinte e quatro meses após a cessação das contribuições.
- (B) O indeferimento é indevido, pois o período de graça pode ser ampliado para vinte e quatro meses quando o segurado já tiver pago cento e vinte contribuições mensais, o que ocorre no caso.
- (C) O indeferimento é correto, pois o período de graça para o segurado empregado é de doze meses após a cessação das contribuições, prazo já ultrapassado na situação apresentada.
- (D) O indeferimento é correto, pois o período de graça pode ser prorrogado para até vinte e quatro meses quando presentes os requisitos legais, o que não se verifica na situação apresentada.

Questão 21

Um adolescente de 15 anos, residente no Município de Antônio Carlos, foi apreendido em flagrante pela prática de ato infracional análogo ao crime de furto simples. Conduzido à autoridade policial, seus pais foram imediatamente comunicados. O Conselho Tutelar local sugeriu a aplicação de medida de internação provisória, argumentando que o adolescente já havia praticado ato infracional anteriormente. O Procurador Municipal foi consultado sobre a legalidade da medida sugerida. Com base exclusivamente na Lei 8.069/1990, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A internação provisória pode ser aplicada ao adolescente apreendido em flagrante por ato infracional, independentemente da gravidade da conduta, desde que haja comunicação aos pais ou responsáveis.
- (B) A internação provisória exige decisão fundamentada e necessidade da medida, não sendo o antecedente suficiente em caso sem violência ou grave ameaça.
- (C) A internação provisória pode ser aplicada quando houver reiteração na prática de atos infracionais, sendo suficiente a existência de antecedente, ainda que sem violência.

(D) O Conselho Tutelar pode determinar a internação provisória quando verificar risco à integridade do adolescente ou de terceiros, sendo dispensada a intervenção judicial.

Questão 22

No curso de procedimento licitatório instaurado pelo Município de Antônio Carlos, na modalidade concorrência, destinado à contratação de empresa especializada em coleta e tratamento de resíduos sólidos pelo prazo de cinco anos, com valor estimado de R\$ 18.000.000,00, surgiram divergências formais entre os membros da comissão de contratação quanto à interpretação de dispositivos da Lei nº 14.133/2021. As discussões foram levadas ao Procurador Municipal, que passou a analisar a regularidade jurídica das seguintes assertivas formuladas no âmbito do procedimento:

I.É admissível, como requisito de habilitação técnica, a exigência de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

II.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, compete à autoridade competente deliberar sobre a regularidade do procedimento e praticar os atos previstos para sua conclusão, inclusive a adjudicação do objeto e a homologação da licitação.

III.A suspensão do procedimento licitatório pode ser determinada pela autoridade competente, mediante decisão motivada e registrada nos autos, quando necessária à adequada condução do certame.

IV.A anulação do contrato administrativo por ilegalidade imputável exclusivamente à Administração enseja o dever de indenizar o contratado de boa-fé pelos prejuízos regularmente comprovados.

À luz exclusivamente da Lei nº 14.133/2021, estão CORRETAS apenas as assertivas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III.

Questão 23

Em ação fiscal realizada no centro do Município de Antônio Carlos, agente da vigilância sanitária constatou o armazenamento de alimentos perecíveis em temperatura incompatível com as normas técnicas aplicáveis, lavrando auto de infração, aplicando multa administrativa no valor de R\$ 8.000,00 e promovendo a apreensão imediata dos produtos considerados impróprios para consumo. O proprietário do estabelecimento apresentou recurso administrativo, sustentando: (I) que o valor da multa não observaria critérios de proporcionalidade em relação ao porte econômico do estabelecimento; (II) que a apreensão de bens, sem prévia autorização judicial, configuraria violação ao direito de propriedade; e (III) que

o agente fiscal não possuiria competência para aplicação da sanção sem autorização específica da autoridade superior. À luz dos atributos e dos limites do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O argumento (II) apresenta fundamento, pois a apreensão de bens depende de autorização judicial prévia, enquanto os argumentos (I) e (III) demandam reavaliação administrativa quanto à proporcionalidade da sanção e à delimitação da competência do agente autuante.
- (B) O argumento (I) apresenta fundamento, pois a fixação da multa deve observar critérios objetivos previamente definidos, enquanto os argumentos (II) e (III) exigem análise administrativa quanto à legalidade da apreensão e à extensão da competência do agente.
- (C) Os três argumentos não se sustentam, pois o poder de polícia admite a apreensão de bens em situações que envolvam risco à coletividade, a proporcionalidade da multa é aferida no processo administrativo, e a competência do agente decorre de atribuição legal.
- (D) Os argumentos (I) e (III) apresentam fundamento, pois a definição do valor da multa depende de validação superior, e a competência do agente fiscal deve ser exercida mediante autorização específica para cada atuação administrativa.

Questão 24

No exercício de suas atribuições institucionais, o Procurador do Município de Antônio Carlos foi instado pelo Prefeito a analisar a viabilidade de impugnação judicial de uma lei estadual recentemente editada, a qual passou a disciplinar, de forma detalhada, critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em todo o território estadual. Segundo a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo municipal, a norma estadual invadiria competência legislativa típica dos Municípios, especialmente no que se refere ao planejamento urbano local, impactando diretamente políticas públicas já implementadas no âmbito municipal. Diante desse cenário, o Procurador passou a avaliar a possibilidade de provocar o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação de controle concentrado de constitucionalidade, com o objetivo de afastar a incidência da norma estadual no território do Município. Considerando exclusivamente a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser proposta por qualquer ente federativo perante o Supremo Tribunal Federal, desde que haja alegação de violação à repartição constitucional de competências.
- (B) O Município não possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, por não constar no rol do art. 103 da Constituição Federal.

- (C) A ação direta de inconstitucionalidade admite o controle de lei municipal perante o Supremo Tribunal Federal, desde que demonstrada violação direta à Constituição Federal.
- (D) O Município possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal contra lei estadual que invada sua competência legislativa.

Questão 25

No âmbito da Secretaria Municipal de Obras de Antônio Carlos, foi expedida, em março de 2024, licença para construção residencial assinada por servidor ocupante de cargo técnico que não detinha competência formal para a prática do ato, inexistindo delegação expressa. À época, o Secretário Municipal tinha ciência da expedição, mas não a impediu. Com base na licença, o particular iniciou imediatamente a obra e realizou investimentos relevantes. Em julho de 2024, com a mudança na chefia da pasta, o novo Secretário instaurou procedimento administrativo para anulação do ato, sob o argumento de vício de competência. O interessado requereu a manutenção do ato, alegando boa-fé, ausência de prejuízo ao interesse público e possibilidade de convalidação. Sobre a situação descrita, à luz da teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Administração, ao identificar vício de competência, pode optar pela anulação do ato no prazo legal, considerando as circunstâncias da execução e os efeitos já produzidos no caso concreto.
- (B) A ocorrência de vício de competência compromete a validade do ato administrativo, podendo afastar sua convalidação, especialmente quando o defeito atingir elemento considerado relevante para a sua formação.
- (C) O vício de competência admite convalidação quando não se tratar de competência exclusiva, podendo a autoridade competente ratificar o ato, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem a terceiros envolvidos.
- (D) A convalidação de ato com vício de competência depende da verificação de que a autoridade competente teve ciência da irregularidade, sendo necessária a confirmação posterior da validade do ato administrativo praticado.

Questão 26

A Lei 8.213/1991 disciplina os períodos de carência exigidos para a concessão dos benefícios previdenciários, estabelecendo prazos distintos conforme a natureza da prestação.

O auxílio por incapacidade temporária decorrente de acidente de qualquer natureza ou causa exige carência de _____ contribuições mensais. A aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrente de acidente de trabalho, exige carência de _____ contribuições mensais. O salário-maternidade para a

segurada empregada exige carência de _____ contribuições mensais. O auxílio reclusão, devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão, exige carência de _____ contribuições mensais.

Preencha as lacunas conforme a Lei 8.213/1991 e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) doze; zero; dez; vinte e quatro: o auxílio por incapacidade temporária por acidente exige doze contribuições, a aposentadoria por incapacidade permanente por acidente de trabalho dispensa carência, o salário-maternidade da empregada exige dez contribuições e o auxílio reclusão exige vinte e quatro contribuições mensais.
- (B) zero; zero; zero; vinte e quatro: o auxílio por incapacidade e a aposentadoria por incapacidade decorrentes de acidente dispensam carência, o salário-maternidade da empregada também dispensa carência, e o auxílio reclusão exige vinte e quatro contribuições mensais nos termos da Lei 8.213/1991.
- (C) zero; doze; dez; doze: o auxílio por incapacidade por acidente dispensa carência, a aposentadoria por incapacidade por acidente de trabalho exige doze contribuições, o salário-maternidade da empregada exige dez contribuições e o auxílio reclusão exige doze contribuições mensais nos termos da Lei 8.213/1991.
- (D) zero; zero; zero; zero: todos os benefícios listados dispensam carência, pois decorrem de eventos involuntários como acidente, maternidade e reclusão, sendo vedada pela Lei 8.213/1991 a exigência de período contributivo mínimo para prestações vinculadas a riscos sociais imprevisíveis.

Questão 27

O Código Civil disciplina os planos da validade do negócio jurídico, estabelecendo hipóteses distintas de nulidade absoluta e de anulabilidade. O art. 166 prevê que é nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa _____, quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu _____, e quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar _____. Já o art. 171 prevê que, além dos casos expressamente declarados em lei, é anulável o negócio jurídico por incapacidade _____ de um dos contratantes. Considerando exclusivamente o Código Civil, assinale a alternativa que preenche correta e sequencialmente as lacunas.

- (A) absolutamente incapaz; motivo; efeito; relativa.
- (B) relativamente incapaz; objeto; efeito; absoluta.
- (C) relativamente incapaz; objeto; validade; absoluta.
- (D) absolutamente incapaz; objeto; efeito; relativa.

Questão 28

Maria, 68 anos, residente no Município de Antônio Carlos, não possui vínculo previdenciário e vive com seu filho de 35 anos, único provedor de grupo familiar

composto por quatro pessoas, com renda mensal de R\$ 2.800,00. Considerando o salário mínimo vigente de R\$ 1.621,00, Maria requereu ao INSS o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo o pedido sido indeferido sob alegação de superação do limite legal de renda. Considerando exclusivamente o critério geral de renda familiar per capita previsto no art. 20, §3º, da Lei nº 8.742/1993, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O indeferimento é correto, pois a concessão do benefício exige ausência de familiar em idade ativa, sendo a existência de filho adulto suficiente para afastar o direito ao benefício.
- (B) O indeferimento é correto, pois a legislação estabelece como critério de renda o limite de um quarto do salário mínimo por pessoa, sendo a renda apurada superior a esse parâmetro.
- (C) O indeferimento é indevido, pois a legislação não estabelece critério objetivo de renda, exigindo apenas a comprovação da incapacidade do grupo familiar de prover a subsistência do idoso.
- (D) O indeferimento é indevido, pois a legislação considera como critério de renda o limite de meio salário mínimo por pessoa, sendo a renda apurada compatível com esse parâmetro legal.

Questão 29

No exercício do controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina emitiu parecer prévio desfavorável às contas anuais do Prefeito do Município de Antônio Carlos, em razão de irregularidades na execução orçamentária. Submetido o parecer à Câmara Municipal, esta, por decisão de dois terços de seus membros, deliberou pela aprovação das contas. Diante de questionamentos sobre a possibilidade de revisão dessa deliberação e sobre a natureza jurídica dos atos envolvidos, o Prefeito solicitou manifestação jurídica acerca das seguintes afirmações:

I.O parecer prévio do Tribunal de Contas possui natureza vinculante;

II.A decisão da Câmara Municipal constitui o ato definitivo de julgamento das contas; e

III.As decisões do Tribunal de Contas possuem natureza jurisdicional.

Considerando exclusivamente a Constituição Federal de 1988, acerca do controle interno e controle externo - Tribunal de Contas, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As afirmações II e III estão corretas, pois a decisão da Câmara é definitiva no âmbito administrativo, e os Tribunais de Contas exercem função jurisdicional no controle externo.
- (B) Apenas a afirmação I está correta, pois o parecer prévio do Tribunal de Contas vincula o julgamento das contas pela Câmara Municipal competente.

(C) Apenas a afirmação II está correta, pois a Câmara pode afastar o parecer prévio por dois terços de seus membros, cabendo a ela o julgamento final das contas.

(D) As afirmações I e III estão corretas, pois o parecer prévio é vinculante para a Câmara, e as decisões dos Tribunais de Contas possuem natureza jurisdicional própria.

Questão 30

Uma empregada pública municipal, contratada sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi eleita para cargo de direção em entidade sindical representativa de sua categoria profissional. O Município, após tomar conhecimento da eleição, manteve a empregada em atividade e, posteriormente, promoveu sua dispensa sem justa causa. A trabalhadora ajuizou reclamação trabalhista pleiteando reintegração, sob alegação de estabilidade sindical. O ente municipal sustentou a inaplicabilidade dessa garantia aos empregados públicos celetistas. Considerando exclusivamente a CLT, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A estabilidade sindical não se aplica automaticamente, pois a proteção prevista na CLT depende de regulamentação específica pelo ente público empregador.

(B) A estabilidade sindical depende de comunicação ao empregador, pois a proteção prevista na CLT exige formalização prévia da candidatura ao cargo sindical.

(C) A estabilidade sindical não se aplica aos empregados públicos celetistas, pois a proteção prevista na CLT não alcança vínculos mantidos com a Administração Pública.

(D) A estabilidade sindical aplica-se aos empregados públicos celetistas, pois a proteção prevista na CLT alcança vínculos mantidos com a Administração Pública.

Questão 31

Durante a execução de contrato administrativo celebrado entre o Município de Antônio Carlos e empresa construtora para edificação de unidade de assistência social, classificada como obra nova, sem reaproveitamento de estrutura preexistente, sobrevieram dois fatos relevantes: (i) elevação significativa no custo de insumos metálicos, comprovada por índices oficiais supervenientes à contratação; e (ii) determinação administrativa de acréscimo de serviços não previstos no projeto original, correspondente a 35% do valor inicial do contrato, sob justificativa de necessidade pública. A empresa contratada questiona a legalidade da alteração e pleiteia recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Considerando exclusivamente a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro exige demonstração de imprevisibilidade do evento, e o acréscimo superior a 25% pode ser admitido mediante autorização formal da autoridade competente.
- (B) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não se aplica a variações de custos de insumos após a contratação, e o acréscimo acima de 25% pode ser admitido quando houver justificativa administrativa relacionada à necessidade pública.
- (C) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não se aplica a variações de mercado após a contratação, e o acréscimo acima do limite legal pode ser admitido quando houver previsão no instrumento convocatório.
- (D) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pode ocorrer quando fatos supervenientes alterarem os encargos do contrato de forma relevante, e o acréscimo de 35% não se ajusta ao limite aplicável às alterações unilaterais em obras novas.

Questão 32

No planejamento de políticas públicas voltadas à ordenação urbana e ao uso social do espaço urbano, o Município de Antônio Carlos passou a analisar diferentes instrumentos jurídicos aplicáveis a situações concretas. Dentre elas, considerou-se a imposição de restrições ao uso de imóvel privado para ampliação de via pública, a utilização de bem público por associação comunitária para fins sociais e a permanência prolongada de particular em área pertencente ao patrimônio municipal. Diante dessas situações, o Procurador do Município foi instado a se manifestar quanto à correta qualificação jurídica dos institutos envolvidos. À luz da Constituição Federal de 1988 e da legislação civil aplicável, julgue as assertivas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso:

() A restrição de uso imposta sobre imóvel privado, sem transferência de propriedade, pode caracterizar servidão administrativa, sendo a indenização condicionada à demonstração de prejuízo decorrente da limitação imposta.

() A autorização de uso de bem público possui natureza unilateral e precária, podendo ser revogada pela Administração, em regra sem direito à indenização, conforme as circunstâncias do caso concreto.

() A aquisição de bem público por usucapião não encontra amparo no ordenamento jurídico, independentemente da classificação do bem ou do tempo de ocupação pelo particular.

() A utilização privativa de bem público por particular pode ocorrer por diferentes instrumentos, cuja estabilidade varia conforme o regime jurídico adotado e as condições estabelecidas pela Administração.

Assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
 (B) F, V, V, F.

- (C) V, F, V, V.
 (D) V, V, V, V.

Questão 33

Durante sessão da Câmara Municipal de Antônio Carlos, o Presidente da Casa, com fundamento em interpretação regimental, indeferiu o uso da palavra a vereador integrante de bancada minoritária que pretendia suscitar questionamento sobre a regularidade de contrato administrativo firmado pelo Poder Executivo. O parlamentar impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça, alegando violação a direito líquido e certo de participação nos trabalhos legislativos. Em paralelo, um cidadão ajuizou ação popular visando à anulação do contrato, sob o argumento de ofensa à moralidade administrativa, sem apresentar demonstração de prejuízo patrimonial quantificado ao erário. Considerando exclusivamente a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 4.717/1965, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O mandado de segurança não é cabível na hipótese, por se tratar de matéria interna corporis, e a ação popular não se admite sem demonstração de prejuízo patrimonial ao erário decorrente do contrato.
- (B) O mandado de segurança não é cabível na hipótese, por se tratar de matéria interna corporis, e a ação popular pode ser proposta para proteção da moralidade administrativa mesmo sem prejuízo patrimonial.
- (C) O mandado de segurança é cabível na hipótese, pois visa à tutela de direito líquido e certo, e a ação popular pode ser proposta para proteção da moralidade administrativa mesmo sem prejuízo patrimonial.
- (D) O mandado de segurança é cabível na hipótese, pois visa à tutela de direito líquido e certo, e a ação popular não se admite sem demonstração de prejuízo patrimonial ao erário decorrente do contrato.

Questão 34

Em demanda ajuizada contra o Município de Antônio Carlos, foi proferida sentença condenatória ao pagamento de indenização por danos materiais em valor inferior a 100 (cem) salários mínimos. Na mesma decisão, o juízo manteve tutela provisória anteriormente concedida e deixou de determinar a remessa necessária. O Procurador Municipal sustentou que: (i) a tutela provisória deveria ser suspensa com a prolação da sentença; e (ii) a remessa necessária seria obrigatória diante do valor da condenação. Considerando exclusivamente o Código de Processo Civil (Brasil), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O argumento (i) é procedente, pois a tutela provisória não pode subsistir após a sentença, e o argumento (ii) é procedente, pois o valor supera o limite legal.

- (B) O argumento (i) é improcedente, pois a tutela provisória pode ser mantida ou confirmada na sentença, e o argumento (ii) é improcedente, pois o valor da condenação não supera o limite legal.
- (C) O argumento (i) é procedente, pois a tutela provisória, por sua natureza precária, não subsiste após a sentença de mérito, e o argumento (ii) é improcedente, pois o valor da condenação não supera o limite legal.
- (D) O argumento (i) é improcedente, pois a tutela provisória pode subsistir após a sentença, inclusive quando mantida na decisão de mérito, e o argumento (ii) é procedente, pois o valor da condenação supera o limite legal.

Questão 35

No curso do exercício de suas atribuições, o Prefeito do Município de Antônio Carlos, em ano pré-eleitoral, autorizou a contratação direta, sem licitação, de empresa pertencente a parente próximo para prestação de serviços de comunicação institucional, sob justificativa de notória especialização, pelo valor de R\$ 120.000,00. Em apuração posterior, verificou-se que o valor praticado no mercado para serviços semelhantes era significativamente inferior, que a empresa não possuía capacidade operacional compatível com o objeto contratado e que o agente público tinha conhecimento dessas circunstâncias ao autorizar a contratação. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa. Considerando exclusivamente a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A conduta pode caracterizar improbidade administrativa, pois a legislação exige dolo para sua configuração, sendo relevante demonstrar que o agente tinha conhecimento das irregularidades do objeto e do valor contratado.
- (B) A legitimidade para a ação de improbidade administrativa é atribuída ao Ministério Público e à pessoa jurídica interessada, sendo admitida a atuação direta de particular quando demonstrada lesão decorrente do ato.
- (C) A contratação direta, quando acompanhada de justificativa formal, afasta a caracterização de improbidade administrativa, ainda que posteriormente se verifique inadequação do valor e da execução do objeto contratado.
- (D) A caracterização da improbidade administrativa depende apenas da verificação de irregularidade no procedimento adotado, sendo dispensável a análise do elemento subjetivo do agente público responsável.

Questão 36

Um médico pessoa física prestava serviços de forma habitual e sem vínculo empregatício para três clínicas particulares no Município de Antônio Carlos, recebendo

remuneração mensal de cada uma delas. Paralelamente, exercia atividade como empregado em instituição privada de ensino superior. Ao ser questionado sobre sua situação previdenciária, afirmou que, por já contribuir como empregado, estaria dispensado de recolher contribuições sobre os valores recebidos das clínicas. Considerando exclusivamente a Lei nº 8.212/1991, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A afirmação do médico é incorreta, pois o segurado que presta serviços sem vínculo empregatício deve contribuir sobre os valores recebidos, ainda que possua vínculo empregatício simultâneo.
- (B) A afirmação do médico é incorreta, pois o segurado deve optar por uma das atividades para fins de contribuição, ficando dispensado de recolher sobre as demais enquanto mantida a opção.
- (C) A afirmação do médico é correta, pois o segurado que já contribui como empregado fica dispensado de recolher contribuições sobre rendimentos obtidos em atividades autônomas paralelas.
- (D) A afirmação do médico é correta, pois o segurado que exerce atividades concomitantes contribui apenas sobre a remuneração do vínculo empregatício quando esta atinge o limite máximo legal.

Questão 37

O Código Civil disciplina, de forma sistemática, os modos de aquisição e perda da propriedade imóvel, organizando-os em seções próprias dentro do capítulo correspondente. Considerando exclusivamente a ordem em que esses institutos são tratados no Código Civil, analise as afirmativas a seguir:

I. A usucapião é disciplinada como forma de aquisição originária da propriedade imóvel.

II. O registro do título translativo no Registro de Imóveis é tratado como forma de aquisição derivada da propriedade.

III. A acessão é prevista como forma de aquisição da propriedade em razão de fatos naturais ou artificiais.

IV. A renúncia é tratada como hipótese de perda da propriedade imóvel.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

Questão 38

O Procurador Municipal de Antônio Carlos foi consultado sobre três situações processuais envolvendo decisões judiciais: (I) sentença transitada em julgado proferida com base em prova pericial posteriormente declarada falsa em processo criminal com trânsito em julgado; (II) acórdão transitado em julgado que contrariou literal

disposição de lei federal, sendo identificada a violação após o decurso de dois anos do trânsito em julgado; e (III) sentença proferida em execução que reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Considerando exclusivamente o Código de Processo Civil (Brasil), analise as assertivas a seguir:

I.A sentença fundada em prova posteriormente declarada falsa em processo criminal com trânsito em julgado é rescindível, sendo o prazo da ação rescisória contado do trânsito em julgado da decisão que reconheceu a falsidade.

II.O acórdão que contrariou literal disposição de lei federal é rescindível, desde que proposta a ação no prazo de dois anos contados do trânsito em julgado; no caso, como já transcorrido esse prazo, a ação rescisória não é mais cabível.

III.A sentença que reconhece a prescrição na execução é impugnável por apelação.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas I e III estão corretas.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.

Questão 39

O financiamento da seguridade social é estruturado por diversas fontes de custeio previstas na Lei 8.212/1991, cada uma com base de cálculo e alíquota específicas. Correlacione a fonte de custeio (Coluna I) com sua respectiva característica legal (Coluna II), conforme a Lei 8.212/1991.

Coluna I - fonte de custeio

- 1.Contribuição do empregador doméstico
- 2.Contribuição do segurado especial
- 3.Contribuição da empresa sobre a remuneração dos segurados empregados
- 4.Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos

Coluna II - característica legal

(P) Incide sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, sendo devida pelo próprio produtor rural pessoa física que trabalha em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

(Q) Calculada sobre o salário de contribuição do empregado doméstico, sendo devida pelo responsável pelo domicílio em que o empregado presta serviços de natureza contínua.

(R) Destinada integralmente ao financiamento da seguridade social, incidindo sobre o valor dos prêmios emitidos ou o equivalente, sem integrar o custeio de benefícios específicos de qualquer categoria de segurados.

(S) Calculada sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, sendo a principal fonte de financiamento patronal do Regime Geral de Previdência Social.

Assinale a alternativa CORRETA, com a devida correlação das colunas I e II.

- (A) 1-P, 2-Q, 3-S, 4-R: o empregador doméstico contribui sobre a receita da produção rural, o segurado especial contribui sobre o salário de contribuição do doméstico, a empresa contribui sobre as remunerações dos empregados e os concursos de prognósticos financiam a seguridade com receita própria.
- (B) 1-Q, 2-P, 3-S, 4-R: o empregador doméstico contribui sobre o salário de contribuição do doméstico, o segurado especial contribui sobre a receita da comercialização rural, a empresa contribui sobre as remunerações dos empregados e os concursos de prognósticos financiam a seguridade com receita própria.
- (C) 1-R, 2-P, 3-Q, 4-S: o empregador doméstico financia a seguridade com receita de prognósticos, o segurado especial contribui sobre a receita da produção rural, a empresa contribui sobre o salário de contribuição do doméstico e os concursos de prognósticos calculam contribuição sobre remunerações dos empregados.
- (D) 1-Q, 2-S, 3-P, 4-R: o empregador doméstico contribui sobre o salário de contribuição do doméstico, o segurado especial contribui sobre as remunerações dos empregados, a empresa contribui sobre a receita da produção rural e os concursos de prognósticos financiam a seguridade com receita própria.

Questão 40

O Município de Antônio Carlos, no exercício de suas atribuições na gestão do Sistema Único de Saúde, editou decreto determinando que o atendimento nas unidades básicas de saúde municipais seria restrito aos moradores do próprio município, vedando o atendimento a pessoas residentes em municípios vizinhos. Paralelamente, a Secretaria Municipal de Saúde passou a cobrar taxa de R\$ 15,00 por consulta médica nas unidades públicas municipais, alegando necessidade de captação de recursos para custeio dos serviços. O Procurador Municipal foi questionado sobre a legalidade das duas medidas. Com base exclusivamente na Lei 8.080/1990, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A restrição de atendimento por domicílio é legal, pois o Município organiza os serviços em seu território, mas a cobrança por consulta é ilegal por violar a vedação de pagamento.
- (B) A restrição de atendimento por domicílio e a cobrança por consulta são ilegais, pois o SUS assegura acesso universal aos serviços de saúde e veda a cobrança por sua prestação.

- (C) A cobrança por consulta é legal, pois há possibilidade de financiamento complementar, mas a restrição de atendimento por domicílio é ilegal por contrariar o acesso universal.
- (D) A restrição de atendimento por domicílio e a cobrança por consulta são legais, pois o Município pode definir critérios de acesso e formas complementares de financiamento.

